

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.861.995 - GO (2020/0036281-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**  
**RECORRIDO : MATHEUS BRENNER AMORIM DE ARAÚJO MIRANDA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão que negou provimento ao apelo do Ministério Público Estadual.

Sustenta o Ministério Público violação do art. 5º, *caput*, II, da lei 11.340/06.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja reconhecida a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para julgar a ação penal.

Contra-arrazado e admitido na origem, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão recorrido manteve o entendimento firmado pela magistrada de primeira instância no sentido de que não estão presentes os requisitos exigidos no art. 5º da lei 11.340/06, não restando configurado, portanto, a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

O acórdão restou assim ementado (fl. 114):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INJÚRIA. CONFLITO ENTRE NETO E AVÓ. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA MULHER. RECURSO DA ACUSAÇÃO SUSTENTANDO A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENA. Não constatado que a infração penal supostamente praticada pelo recorrido em desfavor de sua avó, no âmbito doméstico e familiar, teve conotação de superioridade de gênero, em razão da fragilidade ou subordinação decorrente do sexo feminino, mas ocorreu no contexto da relação conflituosa que avó e neto mantinham, por ser este usuário de álcool. Portanto, não há que se falar em incidência e aplicação da Lei nº 11.340/06. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No caso em análise, observa-se que o fato de a vítima ser do sexo feminino não foi determinante para a prática do delito, mas sim a idade avançada da ofendida e o fato de o agressor, seu neto, ser usuário de álcool.

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça orienta-se no sentido de que, para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica

seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente dessa condição. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE. CONTRAVENÇÃO PRATICADA POR FILHO CONTRA MÃE IDOSA. AMBIENTE DOMÉSTICO E FAMILIAR. ELEVADA IDADE DA VÍTIMA. INEXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DE GÊNERO OU DE VULNERABILIDADE POR SER VÍTIMA PESSOA DO SEXO FEMININO. LEI 11.340/2006. INAPLICABILIDADE.

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça orienta-se no sentido de que, para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente da sua condição de mulher. Precedentes.

2. No caso dos autos, verifica-se que o fato de a vítima ser do sexo feminino não foi determinante para a prática da contravenção penal, mas sim a idade avançada da ofendida e a sua fragilidade perante o agressor, seu próprio filho, motivo pelo qual não há que se falar em competência do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

3. Recurso desprovido (REsp 1726181/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AMEAÇA. LESÃO CORPORAL. APLICAÇÃO DA LEI N. 11.340/06. AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

I - A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça orienta-se no sentido de que, para que a competência dos Juizados Especiais de Violência Doméstica seja firmada, não basta que o crime seja praticado contra mulher no âmbito doméstico ou familiar, exigindo-se que a motivação do acusado seja de gênero, ou que a vulnerabilidade da ofendida seja decorrente da sua condição de mulher.

II - No caso dos autos, embora o crime esteja sendo praticado no âmbito das relações domésticas, familiares e de coabitação, o certo é que, em momento algum, restou demonstrado que teria sido motivado por questões de gênero, ou mesmo que a vítima estaria em situação de vulnerabilidade por ser do sexo feminino. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1842913/GO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 19/12/2019).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator